

# Desigualdade de Renda e Disparidades Regionais\*

*João Luiz de Figueiredo Silva\*\**

## RESUMO

*Sabe-se que o Brasil é um país marcado por diversas desigualdades. As disparidades regionais e a péssima distribuição de renda são algumas evidências dessas desigualdades. De fato, tanto o espaço brasileiro como a sociedade são marcados por diversas disparidades.*

*A desigualdade de renda foi aprofundada pelo desenvolvimentismo brasileiro ao longo da década de 60. A repercussão desse processo foi fortemente sentida nas discussões acadêmicas ao longo da década de 70. Diversas teorias busca-*

*ram explicar a concentração de renda como um fato transitório da economia brasileira. Um dos pontos aponta as disparidades regionais como causa da desigualdade de renda no Brasil.*

*Apresenta-se, aqui, essa discussão ao longo da década de 70, atualizando-a e questionando se as disparidades regionais realmente podem ser consideradas uma das responsáveis pela desigualdade de renda no Brasil.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Desigualdade de renda; disparidades regionais; modelo econômico brasileiro.*

## INTRODUÇÃO

Uma das mais importantes discussões brasileiras diz respeito à distribuição de renda, ou melhor, à péssima distribuição de renda no Brasil. O questionamento desse problema é central para a sociedade brasileira, na medida em que entendemos que diversas desigualdades sociais no Brasil têm suas origens na desigualdade de renda. Isto significa dizer que o problema brasileiro não consiste na escassez de recursos, mas na distribuição destes recursos. Mais claramente, a idéia contida nesta afirmação é de que a pobreza de expressiva parcela da população brasileira não é causada por uma escassez de riqueza no Brasil, mas por uma péssima distribuição desta riqueza. Ou seja, a nossa tese aponta que, ao longo da história do

Brasil, uma expressiva parcela da população não teve acesso às vantagens do crescimento da economia brasileira, ficando estes benefícios concentrados nas mãos de poucos.

Em meados da década de 60 e início da década de 70, há um grande debate na América Latina sobre concentração de renda e desenvolvimento econômico. Esse debate centralizou-se na Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e outras instituições sediadas no Chile, como a Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso). Podem-se citar os trabalhos de Furtado (1969), Stavenhagen (1970) e Pinto (1974) como alguns dos textos semanais. O caso brasileiro foi um dos mais estudados, tendo sido apresentadas diversas visões críticas ao processo de crescimento econômico à custa do aumento da disparidade de renda –

podemos citar os trabalhos de Furtado (1972) e Tavares e Serra (2000) como sendo os mais importantes.

Em contrapartida, alguns economistas situacionistas não viam naquele momento qualquer perversidade no modelo de desenvolvimento brasileiro e, então, apareceram algumas explicações que justificavam o aumento da regressividade da distribuição da renda. A obra de Langoni (1973), então, se apresenta como a maior defensora do modelo brasileiro.

Dentro dessa discussão, apontou-se a desigualdade regional como uma das causas da disparidade brasileira. O argumento defende que o problema da concentração de renda é transitório, o que afeta, principalmente, as áreas em transição. Isto é, as regiões mais atrasadas e as mais desenvolvidas são as que possuem menor desigualdade. Continuando, há uma tendência a redução da desigualdade quanto maior o nível de desenvolvimento.

O presente artigo visa a questionar a veracidade deste argumento. Sendo assim, está estruturado em três partes, além da introdução. Na segunda parte abordaremos como ocorreu a evolução da discussão sobre o problema da distribuição de renda, mostrando os argumentos dos dois pólos explicativos e a distribuição de renda nas regiões ao longo da década de 60. Na terceira parte, traz-se a discussão regional para o momento atual e, por fim, a conclusão.

## A DISCUSSÃO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL NA DÉCADA DE 70

Uma teoria bastante difundida afirma que as transformações pelas quais passou a economia brasileira se deram de forma muito rápida, o que provocou um desequilíbrio na oferta e demanda de mão-de-obra qualificada e desqualificada.

Segundo os defensores desta teoria, a forte migração para as cidades de mão-de-obra desqualificada proveniente das áreas rurais fez

com que a oferta desse tipo de trabalhador ficasse muito maior que a demanda. O ajuste teria acontecido, então, pela redução da remuneração desses trabalhadores que correspondem à maioria da população brasileira.

Por outro lado, a modernização do parque industrial brasileiro fez com que a demanda por mão-de-obra qualificada crescesse muito, principalmente na década de 60. Entretanto, a oferta desse tipo de trabalhador não teria acompanhado o ritmo da demanda gerando uma escassez de mão-de-obra qualificada. Logo o ajuste se deu pela elevação da remuneração recebida por estes trabalhadores mais qualificados (Langoni, 1973).

Dessa forma, segundo Langoni (1973), a desigualdade brasileira é fruto de um desequilíbrio entre a oferta e a demanda por trabalho qualificado e desqualificado. Ele argumentava que, com o tempo, a oferta se aproximaria da demanda e a desigualdade se reduziria, proporcionando uma melhor divisão do "bolo".

Essa teoria, como se pode perceber, é o exemplo vivo da teoria neoclássica, creditando a diferença salarial inteiramente às forças do mercado, ou seja, a responsabilidade pelo aumento da desigualdade salarial cabe à interação entre as curvas de demanda e oferta.

Malan e Wells (1975), ao publicarem uma resenha da obra de Langoni (1973), expressam muito bem a inconsistência dessa teoria. Segundo eles, a teoria neoclássica de determinação dos salários é insatisfatória porque:

*a) não dispomos de qualquer informação independente seja sobre as curvas de oferta seja sobre as curvas demanda de mão-de-obra – apenas observamos (em termos do modelo) a determinação dos níveis de equilíbrio de emprego e salário. Não há qualquer evidência que nos permita falar sobre diferentes elasticidades da oferta de vários tipos de trabalho ou sobre deslocamentos diferenciados nas curvas de deman-*

*da de diferentes tipos de mão-de-obra. Devido a esses problemas a argumentação se torna completamente circular; b) a argumentação do autor supõe que os salários relativos são determinados pelas forças impessoais do mercado (...) não estando sujeitos a qualquer forma de controle social. Assim, na medida em que o autor ignora inteiramente a questão da determinação institucional de certas remunerações (...) sua análise se converte mais em uma ideológica justificativa científica de explicar o porquê do ocorrido. (Malan; Wells, 1975, p.258)*

Continuando a refutação dessa teoria, Bacha (1975) organizou um trabalho no qual procura evidenciar que a diferença salarial se dá pela “hierarquia (ou seja, pelo corte trabalhadores/gerentes), antes que a qualificação (ou seja, o corte trabalhadores qualificados/trabalhadores desqualificados)” (Bacha, 1975, p.125).

A proposta de Bacha procura mostrar que os salários dos trabalhadores são controlados por algumas medidas institucionais, ao passo que os dos gerentes têm sua determinação em função do lucro, que obviamente é maior quanto menor forem as remunerações pagas aos trabalhadores.

Apesar de toda a inconsistência da teoria neoclássica, ela, mesmo que verdadeira, não poderia justificar a abertura do leque salarial visto o número de profissionais que se formam em universidades. Serra (1975) nos oferece alguns dados que muito bem exemplificam tal afirmação. No período 1960-70 observa-se um crescimento do ensino superior da ordem de 155% , para o SENAI o crescimento de matrículas foi de 487% no período 1962-71, enquanto no SENAC houve 67,6% de crescimento no período 1965-69. O período 1964-70 também apresentou crescimento de pessoal treinado pelo PIPMOI da ordem de 442,3%.

Ora, ao que parece, tais números não permitem a afirmação de que a escassez da mão-de-

obra qualificada tenha causado a regressividade da distribuição salarial na década de 60 e, como diz Serra (1975), “o principal foco de concentração da distribuição entre os assalariados está na cúpula dos 10%, tomando como exemplo a indústria de transformação”. Logo, a teoria faz supor que houve, no período, uma escassez desse tipo de mão-de-obra, entretanto, “segundo sugerem os dados, bem como diferentes fontes de informação, não se manifestou essa escassez generalizada.” (Serra, 1975, p. 278).

Outro ponto extremamente contrário à teoria neoclássica é o achatamento salarial promovido pelo governo no período 1964-67 visando a conter a demanda e o processo inflacionário. Naquele momento, as perdas salariais das classes mais baixas foram mais substanciais que as das classes altas, que, aliás, obtiveram ganho de renda no período.

Depois do exposto, não fica muito difícil refutar que a diferenciação do leque salarial se deu por desequilíbrios entre a oferta e a demanda dos tipos de mão-de-obra. Na verdade, fica claro que a diferenciação salarial se deu através de medidas institucionais e não pelas forças impessoais do mercado, pois, na medida em que as classes baixas iam perdendo, obviamente, as classes altas iam acumulando esses rendimentos.

Outra explicação mascaradora é a teoria do capital humano, que consiste em atribuir à diferença de produtividade a causa da desigualdade salarial. Essa teoria preconiza que os indivíduos possuem diferentes produtividades marginais, ou seja, um é mais produtivo que o outro e, portanto, merece ganhar mais. Desta forma, quanto maior for a produtividade do sujeito, maior será o seu salário.

Ainda de acordo com a teoria, o sujeito mais produtivo é aquele que possui mais capital humano, sendo esse capital humano acumulado por uma série de características individuais como educação, sexo e idade.

Não se pode negar que o nível educacional e o salário possuem uma relação positiva, pois de

fato os que ganham mais são os que possuem diplomas universitários. Entretanto essa relação está muito longe de poder ser apontada como causa e consequência.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que inevitavelmente os mais ricos darão uma educação de melhor qualidade para seus filhos, o que já dificulta a relação causal entre educação-produtividade-salário devido ao fato que a educação e a renda dos pais é determinante no ensino dos filhos.

Malan e Wells, mais uma vez, refutam essa teoria afirmando que:

*a) como é em geral impossível medir a produtividade dos indivíduos, o que se faz é supor que seus rendimentos, tal como observados, refletem essa produtividade, o que torna impossível submeter a qualquer teste empírico as hipóteses básicas da teoria; b) parece incorreto associar a renda individual a atributos pessoais, omitindo completamente o processo social de produção de bens e serviços, a distribuição prévia de ativos reais e financeiros e a estrutura de poder da sociedade; c) a direção da suposta causalidade (investimento em educação-produtividade-renda) pode estar completamente viciada na medida em que, por exemplo, sejam a renda e a educação dos pais que determinem a educação dos filhos – e sua renda subsequente. (Malan; Wells, 1975, p.258-259)*

Essa teoria, como dito anteriormente, admite que o salário é um reflexo da produtividade marginal do indivíduo. Portanto, seus defensores acreditam na “infinita divisibilidade dos fatores de produção, ou seja, que é possível determinar a produtividade na margem de cada indivíduo”, entretanto “essa suposição é falsa. A divisão de trabalho (...) acarreta uma estreita interdependência de todos os integrantes de amplas equipes de produção” (Singer, 1975, p.96).

Singer (1975) quer dizer, assim como Malan e Wells (1975), que é impossível medir a produtividade marginal individual e, logo, não se devem considerar verdadeiros os pressupostos de tal teoria. Além disso, ele confirma a dificuldade que os mais pobres têm de elevar seus níveis educacionais, pois o sistema escolar é um “gargalo que antes impede do que estimula a mobilidade social ascendente” (Singer, 1975, p.96).

Então devemos admitir que as diferenças salariais não são explicadas por esta teoria do capital humano, mas pela institucionalização, como dito anteriormente, dos salários baixos para a classe trabalhadora, o que aumenta o excedente, permitindo uma maior remuneração às classes altas.

Mais uma vez, as palavras de Singer (1975, p. 96) retratam isto:

*Não há critério econômico que permita explicar por que o salário mínimo, em São Paulo, deveria ser, em dezembro de 1971, em termos reais, 13% inferior ao de 1953, quando nesses 18 anos o produto per capita brasileiro cresceu de 100%.*

Não se pode negar que a pirâmide educacional em muito reflete a abertura do leque salarial, porém ela não pode ser considerada a causa da acentuação da desigualdade. Seria como concluir que “no inverno, as noites são mais longas, no verão, as noites são mais curtas; logo a duração das noites é causada pela temperatura ambiente” (Serra, 1975, p.273).

Outra tese explica a desigualdade em função das fortes disparidades regionais e setoriais no Brasil. De fato, o Brasil apresentou na década de 60, um crescimento com fortes desequilíbrios regionais e setoriais, entretanto, isso está longe de ser a causa da desigualdade existente na sociedade brasileira. Os perfis regional e setorial, no Brasil, indicam uma forte concentração de renda em torno da indústria e da Região Sudeste, em contraponto aos setores tradicionais da economia e às outras regiões.

Malan e Wells (1975), comentando os resultados obtidos por Langoni (1973), mostram que este, em seus estudos, concluiu que o problema da concentração de renda é um problema transitório que afeta, principalmente, as áreas em transição, isto é, as regiões mais atrasadas e as mais desenvolvidas são as que possuem menor desigualdade. Continuando a relatar os resultados obtidos por Langoni (1973), eles enfatizam a conclusão deste a respeito da evolução da desigualdade no país: “a tendência geral é para a diminuição do grau de desigualdade quanto maior for o nível de desenvolvimento” (Langoni, 1972, p.201, apud Malan e Wells, 1975, p.255).

Ora, sendo isso verdade, devemos concluir que a Região Sudeste, (a mais moderna do país) teria o menor índice de desigualdade no país. Entretanto, “(...) entre 1960 e 1970, a região com renda per capita mais elevada, São Paulo, experimentou o maior aumento de desigualdade dentre todas as regiões consideradas” (Malan; Wells, 1975, p.255).

Contra o argumento de Langoni (1973), Hoffman (1975) apresenta alguns dados que ratificam a fragilidade da conclusão do primeiro. Comparando os dados dos censos de 1960 e 1970, o autor confirma que o processo de concentração de renda foi mais intenso no setor urbano e na Região Sul, com o índice de Gini variando de 0,38 para 0,53 e de 0,40 para 0,55, para índices de Gini G e P, respectivamente (o índice de Gini G admite que a renda é igualmente distribuída dentro de cada estrato, o índice de Gini P leva em consideração a desigualdade dentro de um mesmo estrato). A tabela oferecida por Hoffman dá uma boa idéia das desigualdades regionais do país no período censitário (Quadro 1).

Para uma melhor interpretação dos dados, devemos entender que, à época, a Região Nordeste correspondia à área que vai do Maranhão a Alagoas, a Região Leste correspondia à área que se estende de Sergipe ao Rio de Janeiro e, por fim, a Região Sul correspondia à área que se estende de São Paulo até o Rio Grande do Sul.

**QUADRO 1 – ÍNDICE DE GINI (G E P) DA CONCENTRAÇÃO DA RENDA NO BRASIL EM 1960 E 1970, ENTRE AS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE QUE DECLARARAM, NOS CENSOS, RENDIMENTO MAIOR QUE ZERO.**

| Setor    |   | Regiões  |      |       |      |      |      |
|----------|---|----------|------|-------|------|------|------|
|          |   | Nordeste |      | Leste |      | Sul  |      |
|          |   | 1960     | 1970 | 1960  | 1970 | 1960 | 1970 |
| Total    | G | 0,55     | 0,55 | 0,52  | 0,57 | 0,40 | 0,54 |
|          | P | 0,58     | 0,60 | 0,54  | 0,59 | 0,41 | 0,56 |
| Primário | G | 0,38     | 0,36 | 0,41  | 0,46 | 0,35 | 0,43 |
|          | P | 0,43     | 0,50 | 0,44  | 0,54 | 0,36 | 0,46 |
| Urbano   | G | 0,62     | 0,58 | 0,49  | 0,54 | 0,38 | 0,53 |
|          | P | 0,63     | 0,60 | 0,51  | 0,56 | 0,40 | 0,55 |

Fonte: Hoffman e Duarte (1972) apud Hoffman (1975), p.106.

Vimos, então, três argumentos oferecidos por economistas que apoiavam o então governo, para explicar a forte concentração de renda ocorrida no Brasil na década de 60 e, em momento algum, o modelo de crescimento da economia brasileira é dito dependente da concentração de ren-

da. Para eles, a concentração trata-se apenas de um fato passageiro, o que está diretamente relacionado àquela famosa frase: “É preciso crescer o bolo para depois dividi-lo”.

Entretanto, o bolo não foi dividido e a década de 70 presencia o fim do milagre brasileiro.

Entretanto, nenhuma perspectiva de uma melhor divisão social dos benefícios do crescimento fora apresentada àquela época.

Entendemos, portanto, a existência de dois pólos nessa discussão acerca da distribuição de renda na década de 60. O primeiro garante que o problema é transitório, pois as mudanças estruturais da economia brasileira fizeram com que esta gerasse desequilíbrios no mercado de trabalho que seriam corrigidos no longo prazo. O outro pólo conclui que toda a desigualdade brasileira é determinada por medidas institucionais e que, nesse sentido, as políticas salariais impostas pelo governo foram determinantes.

Quanto à nossa questão, percebemos que a desigualdade regional esteve no centro desse debate. Por um lado, argumentava-se que o caminho para o desenvolvimento gerava desigualdades e que, portanto, as regiões que se desenvolviam passariam por esse problema que seria corrigido no longo prazo. Da mesma forma, colocou-se que as regiões mais atrasadas tenderiam a ter índices de desigualdade maiores que as regiões mais desenvolvidas. Mais uma vez essa teoria foi refutada através de números evidenciados anteriormente.

A próxima etapa do trabalho consiste em trazer esses argumentos para o momento atual e avaliar se houve alguma mudança na dinâmica regional da distribuição de renda.

## A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA INTRA-REGIONAL 30 ANOS DEPOIS

Em relação às disparidades regionais, estas continuam sendo bem marcantes na economia brasileira, onde o contraste Sudeste/Nordeste é o exemplo vivo dessa problemática. Lavinias, Garcia e Amaral (1997) fornecem alguns indicadores socioeconômicos regionais que possibilitam a visualização dessa desigualdade. Apesar de os dados oferecidos irem até 1994, veremos mais a frente que a realidade não mudou. Como podemos ver (quadros 2 e 3) o desequilíbrio regional é muito grande, com o Sudeste concentrando mais de 55% do PIB brasileiro e possuindo uma renda *per capita* perto do dobro da nordestina. Esses números indubitavelmente ratificam o modelo concentrador de desenvolvimento brasileiro.

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA RENDA FAMILIAR 7 URBANA

| Regiões      | 1987   | 1988   | 1989   | 1990   | 1992   | 1993   | 1995   | 1987/1995 (%) |
|--------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------------|
| Norte        | 232,94 | 204,27 | 274,58 | 263,9  | 164,59 | 177,79 | 206,23 | -11,47        |
| Nordeste     | 169,51 | 155,51 | 177,67 | 168,59 | 145,93 | 153,61 | 173,05 | 2,09          |
| Sudeste      | 342,04 | 325,03 | 395,70 | 336,61 | 285,49 | 286,87 | 347,40 | 1,57          |
| Sul          | 296,66 | 271,57 | 330,39 | 302,72 | 273,45 | 274,67 | 319,67 | 7,76          |
| Centro-Oeste | 301,69 | 291,17 | 338,08 | 335,10 | 241,96 | 255,41 | 278,93 | -7,54         |
| Brasil       | 293,07 | 275,78 | 332,60 | 293,67 | 244,31 | 248,23 | 292,48 | -0,20         |

Fonte: Lavinias, Garcia e Amaral (1997).

QUADRO 3 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS REGIÕES NO PIB BRASILEIRO

| Regiões      | 1985  | 1986  | 1987  | 1988  | 1989  | 1990  | 1991  | 1992  | 1993  | 1994  |
|--------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Norte        | 4,36  | 4,52  | 4,65  | 4,80  | 5,06  | 5,02  | 4,89  | 4,63  | 4,79  | 4,82  |
| Nordeste     | 13,93 | 14,18 | 14,09 | 14,10 | 14,29 | 14,02 | 14,15 | 13,90 | 14,31 | 13,97 |
| Sudeste      | 59,07 | 58,64 | 58,97 | 59,08 | 58,76 | 58,50 | 59,03 | 58,55 | 56,64 | 56,57 |
| Sul          | 17,36 | 17,07 | 16,49 | 15,82 | 15,58 | 15,85 | 15,26 | 16,56 | 17,32 | 17,55 |
| Centro-Oeste | 5,28  | 5,59  | 5,79  | 6,20  | 6,31  | 6,61  | 6,66  | 6,36  | 6,94  | 7,08  |

Fonte: Lavinias, Garcia; Amaral (1997).

Romão (2000) mostra a evolução da renda apropriada pelos 40% mais pobres e pelos 10% mais ricos para as regiões brasileiras (quadros 4 e 5). Mais uma vez, os números mostram a grande regressividade da distribuição de renda nos anos 60, já mostrada na seção anterior, e sua posterior manutenção. De fato, o que podemos perceber, a partir de 1970, são pequenas flutuações na apropriação de renda pelos estratos em questão, mas o padrão geral de grande

concentração de renda na cauda superior fica claro para todas as regiões. Podemos perceber a renda apropriada pelos 10% mais ricos varia entre 44,4% (Norte) e 48,4% (Centro-Oeste), e a renda apropriada pelos 40% mais pobres varia entre 8,7% (Centro-Oeste) e 12,5% (Nordeste). Dessa forma não se pode concluir que haja diferenças consideráveis no padrão de concentração de renda de uma região para outra, pois todas apresentam números muito parecidos.

**QUADRO 4 – PERCENTUAL DA RENDA APROPRIADA PELOS 40% MAIS POBRES DA POPULAÇÃO**

| Regiões      | 1960 | 1970 | 1980 | 1983 | 1986 | 1987 | 1988 |
|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| Norte        | 18,8 | 15,9 | 11,6 | 10,5 | 10,5 | 9,6  | 9,9  |
| Nordeste     | 15,9 | 13,5 | 10,6 | 9,3  | 10,5 | 8,7  | 12,5 |
| Sudeste      | 12,3 | 10,7 | 10,0 | 9,5  | 9,3  | 8,7  | 9,0  |
| Sul          | 17,0 | 13,2 | 10,7 | 10,4 | 10,1 | 9,5  | 10,1 |
| Centro-Oeste | 14,8 | 13,0 | 9,1  | 9,6  | 9,0  | 8,8  | 8,7  |
| Brasil       | 15,8 | 13,3 | 10,4 | 9,9  | 9,9  | 9,1  | 10,0 |

Fonte: Romão (2000).

**QUADRO 5 – PERCENTUAL DA RENDA APROPRIADA PELOS 10% MAIS RICOS DA POPULAÇÃO**

| Regiões      | 1960 | 1970 | 1980 | 1983 | 1986 | 1987 | 1988 |
|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| Norte        | 30,5 | 39,3 | 43,2 | 42,9 | 42,4 | 43,7 | 44,4 |
| Nordeste     | 37,6 | 44,9 | 49,6 | 50,3 | 48,3 | 51,3 | 48,0 |
| Sudeste      | 36,3 | 42,3 | 44,5 | 44,3 | 46,6 | 47,8 | 45,5 |
| Sul          | 32,1 | 40,7 | 45,6 | 44,3 | 45,0 | 46,0 | 44,2 |
| Centro-Oeste | 36,4 | 44,1 | 49,6 | 47,0 | 49,9 | 49,6 | 48,4 |
| Brasil       | 34,6 | 42,3 | 46,7 | 46,2 | 47,3 | 48,5 | 46,3 |

Fonte: Romão (2000).

Ainda a respeito das disparidades regionais, números mais recentes mostram a continuidade do problema, pois temos a Região Sudeste concentrando mais de 58% do PIB brasileiro em 1999, ao passo que a Região Norte representa pouco mais de 4%, no mesmo ano, do

PIB (Quadro 6). Com relação à disparidade salarial números do IBGE revelam que, em 1999, o Sudeste e o Sul brasileiro possuíam, respectivamente, rendimento médio superior e igual ao dobro do rendimento médio no Nordeste brasileiro (Quadro 7).

**QUADRO 6 – PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO PIB BRASILEIRO**

| Regiões      | 1995  | 1996  | 1997  | 1998  | 1999  |
|--------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Norte        | 4,64  | 4,64  | 4,42  | 4,48  | 4,45  |
| Nordeste     | 12,78 | 13,17 | 13,09 | 13,05 | 13,11 |
| Sudeste      | 58,72 | 58,07 | 58,57 | 58,16 | 58,25 |
| Sul          | 17,89 | 18,03 | 17,68 | 17,48 | 17,75 |
| Centro-Oeste | 5,97  | 6,08  | 6,25  | 6,84  | 6,44  |

Fonte: IBGE, 2002a.

**QUADRO 7 – RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL, EM SALÁRIOS MÍNIMOS, DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR ANTIGAS GRANDES REGIÕES. (VALORES INFLACIONADOS PELO INPC COM BASE EM SETEMBRO DE 1999 E EXPRESSOS EM SALÁRIOS MÍNIMOS DE SETEMBRO DE 1999. EXCLUSIVE POPULAÇÃO RURAL DA ANTIGA REGIÃO NORTE)**

| Antigas Regiões     | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|---------------------|------|------|------|------|
| Antiga Norte Urbana | 2,0  | 2,0  | 1,9  | 1,8  |
| Nordeste            | 1,3  | 1,3  | 1,4  | 1,4  |
| Sudeste             | 3,1  | 3,1  | 3,0  | 2,8  |
| Sul                 | 2,7  | 2,7  | 2,7  | 2,6  |
| Antiga Centro-Oeste | 2,4  | 2,6  | 2,6  | 2,4  |

Fonte: IBGE, 2002b.

Em relação à distribuição da renda, com intuito de atualizar os dados oferecidos por Romão (2000), não existe uma forte alteração nos padrões de concentração de renda em nível regional no Brasil. Como podemos ver (quadros 8 e 9), apesar de uma pequena melhoria nas regiões Sul e Sudeste, os padrões ainda são bastante similares para todas as regiões. Por fim, a análise do índice de Gini para as grandes regiões revela que, apesar das disparidades regionais, os valores mostram-se muito parecidos e variam, também, de forma similar (Quadro 10). Por exemplo, o Nordeste em 1989 possuía índice de Gini equivalente a 0,653,

enquanto o Sudeste tinha índice de 0,628, em 1999 o índice nordestino alterou-se para 0,575, ao passo que o sudestino foi para 0,551. No mesmo período, a Região Sul variou de 0,616 para 0,559, a antiga Região Centro-Oeste (desconsiderando-se a divisão de Goiás em dois estados, onde Tocantins passou a fazer parte da Região Norte) variou de 0,660 para 0,593 e a antiga Região Norte, considerando-se apenas a zona urbana, variou de 0,647 para 0,549. De fato, percebem-se valores muito parecidos para todas as regiões, assim como já se percebia em relação à apropriação de renda pelos estratos.

**QUADRO 8 – PERCENTUAL DA RENDA APROPRIADA PELOS 50% MAIS POBRES (EXCLUSIVE POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO NORTE)**

| Regiões      | 1992 | 1999 |
|--------------|------|------|
| Norte        | 16,0 | 15,1 |
| Nordeste     | 12,9 | 15,7 |
| Sudeste      | 15,4 | 15,1 |
| Sul          | 16,0 | 15,1 |
| Centro-Oeste | 14,5 | 13,7 |

Fonte: IBGE, 2002b.

**QUADRO 9 – PERCENTUAL DA RENDA APROPRIADA PELOS 1% MAIS RICOS (EXCLUSIVE POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO NORTE)**

| Regiões      | 1992 | 1999 |
|--------------|------|------|
| Norte        | 10,2 | 12,0 |
| Nordeste     | 14,7 | 16,0 |
| Sudeste      | 15,4 | 11,7 |
| Sul          | 15,8 | 12,6 |
| Centro-Oeste | 14,5 | 14,3 |

Fonte: IBGE, 2002b.

QUADRO 10 – ÍNDICE DE GINI POR ANTIGAS GRANDES REGIÕES  
(EXCLUSIVE POPULAÇÃO RURAL DA ANTIGA REGIÃO NORTE)

| Antigas Regiões     | 1989  | 1995  | 1999  |
|---------------------|-------|-------|-------|
| Antiga Norte Urbana | 0,629 | 0,573 | 0,549 |
| Nordeste            | 0,653 | 0,584 | 0,575 |
| Sudeste             | 0,628 | 0,574 | 0,551 |
| Sul                 | 0,616 | 0,571 | 0,559 |
| Antiga Centro-Oeste | 0,660 | 0,594 | 0,593 |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2002.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação deste trabalho se encontra na tese levantada por Langoni (1973) de que a regressividade da distribuição de renda no Brasil ocorrida na década de 60 tinha como uma de suas explicações as disparidades regionais brasileiras. O autor afirmava que a desigualdade de renda tende a ser maior em regiões mais atrasadas e menor nas mais desenvolvidas. Além disso, afirmava que a referida regressividade era transitória e ocorria em áreas que transitavam em direção ao desenvolvimento. Assim, no longo prazo essa desigualdade seria resolvida. Toda essa argumentação se deu em um contexto de justificativa de um modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, que naquela época já dava fortes sinais de que era um modelo altamente excludente.

Na própria década de 70 diversos autores refutaram essa tese, como verificado nas seções anteriores. Posto isso, o presente artigo trouxe para hoje essa discussão, pois, passados trinta anos, seria possível que algumas das teses de Langoni (1973) fossem confirmadas, já que este autor sempre apontava para o longo prazo. A última seção buscou atualizar a base empírica desta discussão e podemos, então, apontar algumas conclusões.

Primeiramente, destacamos a importância de diferenciar pobreza de desigualdade de renda. De fato, as regiões mais desenvolvidas economicamente tendem a ter indicadores de pobreza menores do que as regiões mais atrasadas econo-

micamente. Porém, isso não obriga uma melhor distribuição de renda. Inclusive, Barros e Mendonça (1997) apontam que se o crescimento econômico fosse usado como arma de combate à pobreza, sua eficácia seria reduzida em função da desigualdade de renda no Brasil. Indo além, os autores colocam que, dado o elevado índice de concentração de renda no Brasil, a distribuição de renda teria um efeito mais positivo na redução da pobreza do que o crescimento econômico.

Talvez a grande confusão se faça pelo fato de que os índices de pobreza no Nordeste são maiores do que os do Sudeste, porém essa diferença não resulta em uma substancial diferença dos indicadores de concentração de renda. Uma constatação bem clara é de que, no período do “Milagre Brasileiro”, a economia brasileira cresceu a taxas impressionantes, a pobreza diminuiu, mas aumentou a concentração de renda. Portanto, apesar de pobreza e desigualdade de renda caminharem lado a lado, não podem ser interpretadas da mesma forma.

Nesse sentido, concluímos que, passados trinta anos, o bolo continuou sem ser dividido. Isto é comprovado a partir do alto índice de Gini em todas as cinco regiões brasileiras. Em segundo lugar, esses mesmos indicadores refutam, mais uma vez, a tese de que existe uma relação inversamente proporcional entre nível de desenvolvimento e desigualdade de renda no Brasil. As regiões brasileiras, independente de seu grau de desenvolvimento, apresentam índices de Gini altos e muito próximos entre si. Números da

seção anterior revelam que, apesar da desigualdade na Região Sudeste (mais desenvolvida economicamente) ser menor que na região nordeste (mais atrasada economicamente), essa diferença não é tão substancial a ponto de justificar a disparidade regional como responsável direta pela desigualdade de renda nacional. Logo, o maior desenvolvimento do sudeste não teve efeito distributivo maior que o atraso nordestino. Portanto, apesar de ainda se manter viva, a tese de que as disparidades regionais são responsáveis pela desigualdade da renda no Brasil não encontra respaldos empíricos.

Entendemos que o caminho em direção ao desenvolvimento econômico não implica necessariamente uma melhor distribuição de renda. A concentração de renda foi uma opção de modelo de desenvolvimento que, ao contrário do que os seus defensores afirmavam, revelou-se excludente em termos pessoal e espacial. A desigualdade de renda, que se manteve ao longo de tanto tempo, e a enorme desigualdade regional existente no Brasil comprovam isso. Ratificamos, assim, aqueles que apontavam para a fragilidade das conclusões de Langoni (1973), pois a desigualdade de renda se faz presente em todas as regiões.

Destarte, entendemos que o modelo brasileiro de desenvolvimento posto em prática nas décadas anteriores foi o causador de toda essa desigualdade, que ainda se mantém viva na realidade brasileira, sendo as disparidades regionais aprofundadas em função desse modelo concentrador. Portanto, hoje é imperativo que o Brasil pense em uma nova alternativa de desenvolvimento que não seja tão excludente.

## NOTAS

- \* Encaminhado para publicação em setembro de 2002.
- \*\* Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduando em Geografia pela UERJ e bolsista do Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (Negef). Mestrando em Geografia pela UFRJ. E-mail: joaoluiz@openlink.com.br

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHA, E. L. Hierarquia e remuneração gerencial. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (orgs.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 319 p. p. 124-155.
- BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza. Texto para discussão n° 528. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. 17 p.
- FURTADO, C. Desenvolvimento e estagnação na América Latina: um enfoque estruturalista. In: BIANCHI, A. (org.). *América Latina: ensayos de interpretación económica*. Santiago: Universitaria, 1969. p. 120-149.
- \_\_\_\_\_. *A análise do modelo brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. 122 p.
- HOFFMAN, R. Tendências da distribuição da renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (orgs.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 319 p. p. 105-123.
- IBGE. Contas Regionais do Brasil. *Disponível na Internet*. <http://www.ibge.gov.br>. 5 jan. 2002 e 8 set. 2002a.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. *Disponível na Internet*. <http://www.ibge.gov.br>. 5 jan. 2002 e 8 set. 2002b.
- LANGONI, C. G. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973. 312 p.
- LAVINAS, L., GARCIA, E. H.; AMARAL, M. R. do. Desigualdades regionais: indicadores socioeconômicos nos anos 90. Texto para discussão n° 460. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. 48 p.
- MALAN, P.; WELLS, J. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (orgs.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 319 p. p. 241-262.
- PINTO, A. El modelo de desarrollo reciente de América Latina. In: SERRA, J. (org.). *Desarrollo latinoamericano: ensayos críticos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- ROMÃO, M. C. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. In: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. (orgs.). *Distribuição de renda no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 237 p. p. 97-120.
- SERRA, J. A reconcentração da renda: justificações, explicações e dúvidas. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (orgs.). *A*

*controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 319 p. p. 263-288.  
SINGER, P. Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (orgs.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 319 p. p. 73-104.  
STAVENHAGEN, R. Siete tesis equivocadas sobre América Latina. In: *América Latina: ensayos de*

*interpretación sociológico-político*. Santiago: Universitaria, 1970.

TAVARES, M. da C.; SERRA, J. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 2. p. 589-608.

## ABSTRACT

---

*It is known that Brazil is a country distinguished by its several disparities. The regional disparity and the extremely bad income distribution are some evidencies of those disparities. Indeed, the brazilian space as well as the brazilian society are distinguished by several disparities.*

*By the way, the extremely bad income distribution in Brazil has been powered during the 60's by the Brazilian economic model of development and this process has been discussed during the 70's. Many theories tried to explain the income concentration as*

*a transitory fact in the brazilian economy. One of the arguments was that the extremely bad income distribution was a reflect of the regional disparities.*

*This article is going to introduce the discussion during the 70's and bring it up to date, questioning if the regional disparities can be considered one of the responsables for the extremely bad income distribution in Brazil.*

## KEYWORDS

---

*Income disparity; regional disparities; brazilian economic model.*

